

Análise Histórica da Graduação de Filosofia na Faculdade Nacional de Filosofia, na década de 1960

Historical Analysis of the Undergraduate Philosophy Course at the Faculdade Nacional de Filosofia (National Faculty of Philosophy, Rio de Janeiro, Brazil) in the 1960s

Angela Maria Souza Martins

Dra. em Educação pela UFRJ. Profa. do PPGE- Mestrado/
UNIRIO.
e-mail: amsmartins@alternex.com.br

Resumo

Este artigo analisa a história da graduação de Filosofia, na Faculdade Nacional de Filosofia, ao longo da década de 1960. Destaca as diferentes posturas teórico-metodológicas vigentes na orientação do curso de Filosofia neste período, o que provocou discussões sobre a reformulação do mesmo. Na década de 1960, foi elaborado o Parecer n. 277, com as diretrizes para as graduações de Filosofia no Brasil. A divulgação deste parecer acirra o confronto entre a filosofia vigente nos currículos oficiais e a prática filosófica presente no questionamento realizado por alunos e professores da graduação de Filosofia, da Faculdade Nacional de Filosofia. Conclui-se que este confronto possibilitou vislumbrar a construção de uma nova orientação para o currículo das graduações de Filosofia, mas a conjuntura política da década de 1960 não possibilitou a efetivação deste projeto.

Palavras-chave

História do ensino de Filosofia. Currículo. História das Instituições Escolares.

Abstract

This paper investigates the history of the undergraduate philosophy course at the Faculdade Nacional de Filosofia along the 1960s. It highlights the various prevalent theoretical-methodological approaches regarding philosophy courses at that time, which resulted in intense discussions about their restructuring. In the 1960s, Legal Opinion # 277 was elaborated establishing official educational policies for undergraduate philosophy courses in Brazil and this fact instigated the confrontation between the prevailing governmental philosophy underlying syllabi and the philosophical practice held by students and professors at the undergraduate philosophy course at the Faculdade Nacional de Filosofia. We conclude that this theoretical controversy enabled the construction of a new outlook for syllabi of undergraduate philosophy courses in this country, although the political atmosphere of that time did not favor the effective materialization of this project.

Key words

History of Philosophy Teaching. Syllabus. History of School Institutions.

Introdução

Ao longo da década de 1960, as discussões sobre a política educacional e a necessidade de transformação da estrutura universitária fervilhavam, principalmente nos diretórios da Faculdade Nacional de Filosofia¹, no Rio de Janeiro. A graduação de filosofia desta Faculdade foi considerada, por muitos, vanguarda na contestação da política educacional de então. Os estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia promoviam debates e grupos de estudos para buscar novos caminhos para a graduação de Filosofia. Evidenciam-se as diferentes posturas teórico-ideológicas no que se refere à orientação do currículo da graduação de Filosofia. A reformulação do currículo passa a ser o pano de fundo das discussões nesse momento. Para se compreender o que se passou neste período, foi analisado o Parecer que estabeleceu o currículo mínimo de Filosofia, em 1962, e foram entrevistados seis estudantes do curso de Filosofia que viveram o embate desse período.

Até o início da década de 1960, não havia ainda sido elaborado o currículo mínimo para a graduação de Filosofia. Assim, a elaboração de um currículo que fosse a base comum das graduações de Filosofia tornou-se, então, um importante instrumento político.

Em 20 de outubro de 1962, o Conselho Federal de educação emite o Parecer n. 277², que não só fixa o currículo mínimo para a graduação de Filosofia, como também introduz algumas modificações na estrutura curricular vigente.

O currículo mínimo para a graduação de Filosofia – Parecer n. 277

O Parecer n. 277 inicia com um breve diagnóstico do currículo que vigorava na graduação de Filosofia. Segundo a análise deste Parecer, um dos pontos críticos do currículo que embasava a graduação de Filosofia era a rigidez e a uniformidade, que impossibilitavam ao aluno a flexibilidade nas opções e “uma articulação orgânica dos estudos” (PARECER n. 277, 1962, p. 4), principalmente para alunos provenientes de outros cursos da universidade.

Outro aspecto a ser corrigido era a ênfase acentuada no estudo da Psicologia, o que acarretava dois problemas: não permitia “formar adequadamente um psicólogo com a psicologia ensinada nos cursos de Filosofia” (PARECER n. 277, 1962, p. 5) e nem formar adequadamente os estudantes que buscavam estudar Filosofia.

O diagnóstico desse Parecer conclui que o currículo da graduação de Filosofia proporcionava “uma visão enciclopédica da Filosofia, sacrificando o estudo em profundidade em benefício de uma vista panorâmica superficial da problemática geral da Filosofia” (PARECER n. 277, 1962, p. 7), por isso esse currículo deveria ser reformulado.

Na busca de critérios que embasassem esse novo currículo, os elaboradores desse Parecer dedicaram-se à seguinte proposição: os fundamentos de um currículo de Filosofia deveriam estar “acima das divergências doutrinárias e das querelas da escola” (PARECER n. 277, 1962, p. 1), ou seja, o ideal seria que os fundamentos desse currículo se pautassem pelos critérios de

objetividade e neutralidade. Mas como a elaboração de um currículo de Filosofia exige a escolha de uma determinada concepção filosófica, viram-se “irremediavelmente obrigados a fazer uma opção, a uma tomada de posição doutrinária” (PARECER n. 277, 1962, p. 1).

Consideraram também problemático o estabelecimento dos fatos filosóficos, fatos que comporiam o conteúdo das matérias filosóficas. Mas reconheceram que seria impossível estabelecer esses fatos tal como nas ciências, pois a Filosofia, diferentemente das ciências, não definia a priori os fatos filosóficos, assim como, em muitos momentos, ela se questiona, faz o julgamento de seus pressupostos. Por isso, consideravam difícil “a tarefa de se determinar de modo unívoco e universal seu conteúdo, o campo de sua problemática” (PARECER n. 277, 1962, p. 2).

Mas essa dificuldade se lhes afigurou superável, caso se fizesse a distinção entre “a filosofia como atividade, o ato de filosofar e a filosofia feita, a filosofia objetivada em categorias e doutrinas ao longo da história” (PARECER n. 277, 1962, p. 3). Este saber filosófico, cristalizado ao longo da história, por meio dos diversos sistemas filosóficos, é que deveria ser “matéria de ensinamento” (PARECER n. 277, 1962, p.3).

Assim, o ensino de Filosofia, ou melhor, o ensinar a filosofar seria possível “a partir de categorias objetivas que são o produto e a cristalização do pensamento filosófico” (PARECER n. 277, 1962, p. 3). Uma graduação de Filosofia, segundo este Parecer, possibilitaria ao estudante vir a filosofar, mediante a assimilação do conheci-

mento filosófico cristalizado ao longo da história por meio dos diversos sistemas filosóficos.

Esse conhecimento filosófico deveria ser distribuído em disciplinas. Daí emanam outros problemas, porque nem todas as correntes filosóficas admitiam disciplinas, como por exemplo: a Metafísica, rejeitada pelo Positivismo e pelo Materialismo Dialético. Mas, interessados em propor um currículo a partir do qual pudessem “mover-se livremente as diversas correntes do pensamento filosófico” (PARECER n. 277, 1962, p. 4), definiram os seguintes critérios básicos:

a) criar uma “estrutura que (permitisse) maior flexibilidade tanto da parte da escola como do aluno, ao mesmo tempo que (ensejasse) uma diversificação de acordo com as possibilidades e orientação de cada Faculdade” (PARECER n. 277, 1962, p. 7);

b) “o conteúdo e o nível (deveriam) ser determinados em função dos fins a que se (destinavam). No caso em questão (tratava-se) de um currículo mínimo de um curso que (visava) à preparação do professor de filosofia da escola secundária (...) este preparo no nível de graduação (seria) substancialmente o mesmo, tanto que aquele que se (destinava) à carreira do professor secundário como para quem (aspirasse) a dedicar-se à pesquisa pura” (PARECER n. 277, 1962, p. 8);

Quanto às disciplinas que deveriam constar no currículo mínimo, seguir-se-iam basicamente dois critérios: o histórico e o sistemático. O primeiro resulta da convicção de que “história da filosofia constitui um ingrediente imprescindível de um currículo

de filosofia” (PARECER n. 277, 1962, p. 9) e a “plena compreensão da filosofia só é possível a partir de sua própria história” (PARECER n. 277, 1962, p. 9). Sendo assim, é aconselhável “que o estudo da história da filosofia se (faça) mediante a leitura comentada dos grandes clássicos da filosofia” (PARECER n. 277, 1962, p. 10). A sistematização, por seu turno, representaria uma decorrência dos objetivos fundamentais de qualquer reflexão filosófica, enquanto “um saber universal das coisas, métodos de pensamento e forma de vida ou atitude espiritual diante da existência” (PARECER n. 277, 1962, p. 10).

A constituição dessas disciplinas deveria levar em conta as três funções ou atividades essenciais da filosofia: a especulativa, a analítica e a normativo-valorativa, das quais derivam os seus problemas fundamentais: “problemas do conhecer, problemas do valor e problemas da realidade ou do ser” (PARECER n. 277, 1962, p. 11). Assim, essas três ordens de problemas corresponderiam a exigências de qualquer currículo de Filosofia.

Dentro desses critérios, o Parecer n. 277 fixa o currículo mínimo da graduação de Filosofia:

- matérias vinculadas ao problema do conhecimento, isto é, a Lógica e a Teoria do Conhecimento;
- matérias vinculadas aos problemas do valor, a Ética ou Moral;
- matéria vinculada aos problemas da realidade ou do ser, isto é, a Metafísica. Afinal, não se poderia conceber “uma formação filosófica completa sem um estudo dos grandes problemas metafísicos.

A verdade é que a Metafísica compreende um núcleo de questões que, em todos os tempos, tem caracterizado a filosofia em sua mais alta expressão” (PARECER n. 277, 1962, p. 12);

- matérias científicas, pois seria necessária uma articulação da reflexão filosófica com o pensamento científico, a Filosofia deve dialogar “com as ciências positivas” (PARECER n. 277, 1962, p. 12). Sendo assim, dever-se-ia incluir no currículo o estudo de duas disciplinas científicas, sendo uma obrigatoriamente da área das Ciências Humanas.

O currículo mínimo da graduação de Filosofia constituiu-se, a partir de então, com as seguintes disciplinas:

- História da Filosofia
- Lógica
- Teoria do Conhecimento
- Ética
- Filosofia Geral: problemas metafísicos
- duas matérias optativas versando sobre ciências, sendo uma da área das Ciências Humanas.

Ao final do Parecer, os seus autores concluíram que tinham atingido o objetivo primordial quanto a um currículo de Filosofia, ou seja, “elaborar um currículo que não estivesse vinculado a uma ortodoxia ou corrente doutrinária, mas que se colocasse acima dos prejuízos de escola ou injunções ideológicas” (PARECER n. 277, 1962, p. 15).

Coloca-se em relevo esta última afirmação, porque ela era o pomo da discórdia entre os estudantes do curso de Filosofia da Faculdade Nacional de Filosofia, na década de 1960, e os responsáveis pela orientação deste curso.

Vigorava entre os estudantes a concepção de que a Filosofia enquanto elemento da superestrutura, se deixa, como qualquer outro setor do conhecimento, impregnar e influenciar por fatores políticos-ideológicos.

Ademais, consideravam que, conhecendo os conflitos entre as diversas tendências filosóficas ao longo da História, não se podia falar de Filosofia, mas de Filosofias. Muito próximas do que os estudantes pensavam sobre a questão e opostas à perspectiva do Parecer, seriam as observações de Gramsci:

Com efeito, não existe filosofia em geral: existem diversas filosofias ou concepções do mundo e sempre se faz uma escolha entre elas. Como ocorre esta escolha? É esta escolha um fato puramente intelectual ou é um fato mais complexo? E não ocorre freqüentemente que entre o fato intelectual e a norma de conduta exista uma contradição? Qual será, então, a verdadeira concepção de mundo: a que é logicamente afirmada como fato intelectual, ou a que resulta da atividade real de cada um, que está implícita na sua ação? E, já que a ação é sempre uma ação política, não se pode dizer que a verdadeira filosofia de cada um se acha inteiramente contida na sua política? [...] É por isso, portanto, que não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também elas, fatos políticos. (GRAMSCI, 2001, p. 96-97).

Ainda segundo a interpretação de Gramsci, todos os sistemas filosóficos são historicamente determinados e, por isso, as diferentes concepções filosóficas são fruto de contradições que dilaceram a sociedade, nos diferentes períodos históricos. Assim, nenhuma corrente filosófica pode ser vista

como filosofia em geral, acima das divergências político-ideológicas. Na verdade, elas são questionamentos complexos dos diferentes contextos históricos.

As conseqüências dessa discordância teórico-ideológica quanto aos pressupostos que deveriam orientar uma proposta pedagógica para a graduação de filosofia será explicitada no item a seguir, no qual se expõe o embate entre a orientação institucional do curso de Filosofia da Faculdade Nacional de Filosofia e a postura teórico-ideológica dos estudantes.

Filosofia: saber perennis?

Segundo o depoimento de vários estudantes que participaram da graduação de Filosofia da Faculdade Nacional de Filosofia, durante a década de 1960, assim se caracterizava o curso:

Um programa tradicionalista [...] a filosofia deveria ser estudada dentro daqueles moldes antigos (Estudante B cursou Filosofia na FNF, no período de 1967 a 1970).

A orientação teórica do curso, profundamente tradicional, baseava-se na filosofia tomista. Estudava-se Lógica antiga (aristotélica), não havia Epistemologia, Filosofia da Ciência, Filosofia da Linguagem. Parava-se no século XVIII [...] assim o que havia de mais avançado era Kant Saltava-se um pouco para o século XX para dar algum elemento de Fenomenologia, de modo muito obscuro (Estudante M cursou Filosofia na FNF, no período de 1967 a 1970).

Havia alguns professores que seguiam o neotomismo contemporâneo [...] fazendo inclusive um confronto com a ciência e o bergsonismo [...] aceitavam a discussão com Bergson [...] enquanto outros não aceitavam essa interpretação e seguiam

o tomismo numa linha mais tradicional (Estudante Z cursou Filosofia na FNF, no período de 1959 a 1962).

Mas, nesse cenário, algumas ressalvas foram feitas ao trabalho acadêmico do professor Álvaro Vieira Pinto, realizado no início da década de 1960, na disciplina História da Filosofia. O professor Vieira Pinto caracterizava-se por uma postura existencialista mesclada com algumas categorias do Materialismo Dialético. Acreditava que não se deveria “ignorar os aspectos objetivos do existir humano, confinando-se exclusivamente na cogitação sobre a subjetividade” (PINTO, 1960, p.66). Nesse sentido, era importante cultivar uma filosofia que valorizasse “em grau supremo o esforço criador humano, o trabalho como fator de modificação do mundo” (PINTO, 1960, p.63). O trabalho é uma atividade que “revela o ser das coisas, e não a especulação lógica apriorística ou alguma sutilíssima intuição metafísica” (PINTO, 1960, p.62). Na perspectiva existencial do professor Vieira Pinto, a categoria práxis ocupava um lugar central, pois esta categoria expressava a concreticidade do existir. Assim, a preocupação primordial da Filosofia seria o questionamento da existência, a partir de sua concreticidade e não por meio de intuições subjetivas que levam a uma metafísica existencial.

Partindo dessa concepção filosófica, o Professor Vieira Pinto, segundo o testemunho de alguns estudantes, atualizou o estudo da História da Filosofia, possibilitando a discussão de temas filosóficos candentes na cultura contemporânea. Mas seu trabalho acadêmico foi interrompido em 1964, após o golpe militar. O professor

Vieira Pinto foi acusado de ser líder de um grupo comunista e amoral que tinha grande influência na Faculdade Nacional de Filosofia que, por isso, foi considerado um elemento nocivo a esta instituição³.

Este fato, somado à predominância de uma postura acadêmica tradicional no ensino de Filosofia acirrou cada vez mais o conflito entre os anseios dos estudantes e a proposta curricular oficial. “Havia uma defasagem enorme entre o que era veiculado, localizado pelos professores e a experiência de vida”, queixava-se o estudante R, da Faculdade Nacional de Filosofia.

Esta situação provocava grande insatisfação no corpo discente, principalmente porque havia uma grande efervescência no contexto sócio-político-cultural de então. Além disso não se pode ignorar que, naquele momento, as entidades estudantis atuavam de maneira expressiva nos cursos universitários, possibilitando debates extracurriculares sobre temas que geralmente não eram discutidos por meio das disciplinas dos currículos oficiais.

Em decorrência da insatisfação sentida, os estudantes começaram a buscar caminhos que pudessem suprir as deficiências do curso de Filosofia, promoviam grupos de estudos, debates e seminários. No início da década de 1960, existia um centro de estudos filosóficos que chegou a publicar um trabalho do Professor José Américo da Motta Pessanha, assistente do Professor Vieira Pinto, na disciplina História da Filosofia. Estas atividades são relatadas por este depoimento:

Existia um Centro de Estudos Filosóficos – Vapor do Século – com diretoria constituída

[...] Nós programávamos seminários, conferências [...] Eu me lembro que eu votei para a diretoria do Centro de Estudos Filosóficos. E ele chegou a publicar um trabalho do Professor José Américo intitulado Aristotelismo e Historicidade. (Estudante A, da FNFi)

Além dos grupos de estudos, houve, por um curto período, um jornal em que estudantes publicavam alguns artigos e pesquisas, e muitos estudantes publicavam em periódicos respeitados como a Revista Tempo Brasileiro.

Parece que, a princípio, a finalidade desses grupos de estudos era aprofundar os conhecimentos filosóficos, mas a partir do meado da década de 1960, eles ganharam uma conotação política, pois esses grupos constituíam um espaço alternativo, em que os estudantes podiam estudar pensadores aliados do currículo oficial. Entre os estudantes do curso de Filosofia, do período de 1967 a 1970, conta-nos o estudante M, discutia-se Louis Althusser, Lacan, Michel Foucault, entre outros.

Constata-se assim que os questionamentos críticos fundados numa concepção filosófica diversa da oficial davam-se a margem das disciplinas do currículo estabelecido, reflexo do confronto entre a filosofia estabelecida dos currículos oficiais e uma prática filosófica e política que se efetivava por meio do questionamento constituído pelos estudantes. O relato do estudante R, que cursou Filosofia na Faculdade Nacional de Filosofia, entre 1967 e 1970, ilustra esses questionamentos:

Na Faculdade de Filosofia o que eu achei importante foi a experiência de vida, a paixão pela política que a nossa geração

tinha, era a própria vida, a realidade que se infiltrava no curso [...] O interessante é que paralelamente a esse desvinculamento do curso da realidade, nós estávamos imersos na realidade, porque nunca se discutiu tanto política, as assembleias da UNE eram realizadas dentro do curso de Filosofia. Nós discutíamos marxismo, fazíamos seminários, discutíamos problemas brasileiros, quer dizer, o curso inteiramente fora da realidade, mas os alunos vivendo, de forma emocional, apaixonada, ingênua até, em alguns momentos, mas vivendo intensamente aquele período histórico (estudante R. cursou a FNFi, entre 1967 e 1970).

A crescente movimentação política da Faculdade Nacional de Filosofia, assim como a ampliação da defasagem entre o currículo oficial e a realidade social e histórica, fará irromper um movimento para a implantação de um novo currículo no curso de Filosofia.

Os estudantes, aliados a alguns professores, elaboraram um currículo e o implantaram durante três ou quatro meses, no segundo semestre de 1968. Esse movimento deu-se paralelamente à elaboração de um currículo oficial, por outros membros do corpo docente. A esse respeito relata o estudante M, que frequentou o curso da FNFi, de 1967 a 1970:

Nós do segundo ano nos rebelamos, fizemos um movimento da nossa turma, que depois se estendeu pela faculdade inteira, para reformular o currículo. No momento em que estava sendo proposta uma reformulação, propusemos uma outra reformulação que fizesse uma ligação do curso com a ciência, com a epistemologia, com uma nova problemática científica, realmente nova, que pudesse ligar o curso de Filosofia a pesquisas ativas em outras áreas

e, ao mesmo tempo, pudesse dar mais dinamismo ao ensino (Estudante M., que estudou entre 1967 e 1970, na FNFi).

O currículo elaborado por alunos e professores enfatizava o estudo da epistemologia, da Filosofia da Ciência, tentava inscrever o curso numa visão contemporânea de questionamento da ciência. No dizer do estudante R. “o eixo seria deslocado da Metafísica para a Epistemologia, íamos estudar muito Marx, Nietzsche, Freud, os malditos, os bastardos do século XIX”.

Enquanto o currículo proposto pela ala conservadora da Faculdade acrescentava ao currículo oficial as seguintes disciplinas: Antropologia Filosófica, Antropologia Lingüística, Filosofia da Linguagem, o que colocava o curso numa perspectiva humanista tradicional, estabelecendo-se, segundo o depoimento do estudante M., “um casamento com a Fenomenologia e toda sorte de Idealismo”.

Quando estavam em andamento as discussões sobre as mudanças curriculares, a Faculdade Nacional de Filosofia foi extinta e, em 1967, criou-se o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)⁴. Nesse momento, a Diretora do Instituto Marina São Paulo de Vasconcellos aceitou a gestão de uma direção colegiada e implantou o currículo elaborado pelos estudantes e professores.

Mas, para a implantação desse novo currículo, os estudantes pediram o afastamento de vários professores que discordaram não só da implantação, como também das diretrizes do novo currículo. Esses professores seguiam uma linha tradicional da

Filosofia e não admitiam a reforma curricular tal como foi efetivada.

Essa situação provocou uma acalorada discussão política que redundou numa vasta campanha na imprensa dos professores que foram afastados⁵. Segundo esses professores, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais era um antro de subversão. Dom Irineu Penna, um dos professores afastados, afirmou, por meio de várias reportagens a jornais, que no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais tinha se instalado o terror cultural para afastar professores que não seguiam o marxismo.

A partir de então, desencadeou-se uma forte campanha político-ideológica contra os movimentos estudantis no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na reportagem intitulada: “Dom Irineu acusa a UFRJ: concessão à anarquia” lê-se a seguinte análise sobre a universidade brasileira:

Um estudo sobre as diversas crises na universidade brasileira revela que o terrorismo cultural esquerdista vem criando raízes há algum tempo. Trata-se de um processo implantado pela ação de minorias extremistas composta de professores e estudantes subversivos que, por meios informais, forçam o afastamento de professores, técnicos e administradores que não sejam simpáticos à causa. Episódios de afastamento de professores sob a imposição de estudantes não são novos. No entanto, surgem agora com características inéditas, pois fazem parte de um plano global para deixar a universidade sob o controle de determinada facção política [...] que visa transformar a universidade em órgão de crítica social e política de fundo ideológico (O GLOBO, 6/9/1968, p. 11).

Essas acusações continuariam em outras reportagens e o principal alvo era o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que chegou a ser chamado de soviet.

O pequeno soviet que vinha funcionando no Instituto teve seu esquema desarticulado com a divulgação dos fatos que determinaram o pedido de demissão de Dom Irineu Penna. Seu plano visava criar uma situação insustentável para alguns dos professores mais capazes, possuidores de um cabedal humanístico que os credencia a desenvolverem pesquisas filosóficas de alto nível. (O GLOBO, 5/9/1968, p. 3)

Essa campanha, por meio da imprensa, atingiu seu ápice com a acusação e denúncia de que alguns professores estariam compactuando com os estudantes, como podemos constatar no trecho da reportagem abaixo:

Os que participam do esquema esquerdista só se entendem em função da cúpula liderada pelos professores: José Américo Pessanha, Luís Alberto e Sérgio Fernandes, pois na sala de aula se dividem em grupos que se digladiam em defesa das linhas de Moscou, da China e de Cuba. Em razão disso, só interessam a eles fatos relacionados com problemas atuais, de preferência abrangendo questões políticas desses países. (O GLOBO, 5/9/1968, p.3)

Essas acusações pela imprensa contra a renovação do currículo no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais trouxe sérias conseqüências para os três cursos que o compunham: Ciências Sociais, Filosofia e História. Foram expulsos cerca de quarenta estudantes e doze professores⁶ foram afastados de suas funções.

Em dezembro de 1968, regulamentou-se, por meio do decreto-lei n. 5.540, a

reforma universitária. Decretou-se também o AI-5 e, logo depois, promulgou-se o decreto-lei n. 477 que reprime toda e qualquer atividade extraclasse.

O governo intervém no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e os estudantes passam a conviver com a polícia em seus corredores, como recorda o estudante R, que fazia parte do corpo discente do Instituto em 1968:

Nós tivemos uma experiência traumática de estudar com a polícia armada dentro da Faculdade [...] Existiam pelo menos quatro policiais armados permanentemente, rondando pelos corredores do Instituto [...] o ambiente era tensíssimo, pavoroso (estudante R, cursava Filosofia em 1968).

Mas, apesar de toda repressão os estudantes continuaram o movimento político e, várias vezes, o Instituto foi invadido pela polícia. A partir de 1968, a repressão tornou-se cada vez mais forte e sofisticada. Segundo o depoimento de uma estudante,

em 1969, quer dizer, depois do AI-5, começaram a se matricular nos cursos, esses alunos que a gente sabia que eram policiais [...] e quando não havia ainda alunos matriculados, ficava um policial à paisana na porta da sala vigiando o que o professor dizia (estudante B., que estudou no Instituto de 1967 a 1970).

Diante dos acontecimentos narrados aqui, pode-se afirmar que se assiste, principalmente na segunda metade da década de 1960, a um confronto político-ideológico entre uma postura tradicional que orientava o currículo oficial do curso de Filosofia e a vitalidade que brotava, a partir de um currículo extra oficial construído a partir de experiências e debates entre estudantes e professores. Construiu-se uma filosofia pul-

sante, oriunda dos grupos de estudos, dos debates, da irreverência, enfim, uma Filosofia que ansiava por se produzir em consonância com o momento histórico em curso.

Mas essa vitalidade se extinguiu por meio de medidas políticas tomadas no final da década de 1960: a reforma universitária, o decreto-lei n. 477 e o AI-5. Na verdade, de certa forma, o Estado temia a ousadia de estudantes e professores que queriam optar por uma nova estrutura educacional, um novo currículo, a partir de uma nova postura político-pedagógica.

Considerações Finais

A partir do final da década de 1960, faziam-se sentir na universidade brasileira as conseqüências da repressão política e, por outro lado, os efeitos da reforma universitária estabelecida pelo decreto-lei n. 5.540.

A repressão apresentava-se de forma tão evidente que os estudantes não podiam permanecer em sala de aula sem a presença do professor. Todas as atividades extraclasses eram consideradas, a priori, subversivas. Esse clima repressivo foi profundamente prejudicial à vida acadêmica da graduação de Filosofia. Como vimos no início deste artigo, a vitalidade e o questionamento crítico que existia na Faculdade Nacional de Filosofia derivavam de uma vida acadêmica politizada. Na prática política, surgiam indagações que motivavam a busca de categorias teóricas que explicassem a realidade social e histórica, o que tornava a investigação filosófica plena de significado, uma busca constante de reflexão sobre a realidade. Mas as medidas re-

pressivas acabaram por alijar da vida acadêmica esses questionamentos relacionados a uma prática política.

Nesse período histórico, foi efetivada a Reforma universitária que buscava modernizar a universidade, a partir dos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade. Estes princípios refletiam a finalidade última dessa reforma: a formação de mão de obra para atender a uma determinada fase do desenvolvimento capitalista no Brasil. O ensino universitário deveria ser predominantemente profissionalizante.

A despolitização da vida acadêmica e a ênfase no destino profissionalizante do ensino universitário trouxeram sérias conseqüências para a graduação de Filosofia. Com o processo de despolitização das relações educacionais, a proibição da organização em entidades representativas de docentes e discentes e das atividades extracurriculares, eliminou-se o espaço no qual se poderia discutir e propor uma mudança das diretrizes do currículo oficial do curso de Filosofia.

No final da década de 1960, assistia-se, principalmente na graduação de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, as conseqüências de uma contradição: a conjugação de uma estrutura curricular construída sob a orientação pragmática e tecnicista da reforma universitária com uma orientação filosófica idealista e dogmática. Esta união do pragmatismo com o idealismo ampliou a distância entre a reflexão filosófica e as questões contemporâneas, principalmente àquelas relacionadas ao nosso contexto sócio-político-cultural.

Notas

¹ A Faculdade Nacional de Filosofia foi criada em 1939, no interior da Universidade do Brasil. Em 1967, ela foi extinta e, então foi criado o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e a Universidade do Brasil passou a se chamar Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² Este Parecer foi elaborado por: Newton Sucupira (Relator); Anísio Teixeira; D. Cândido Padim O.S.B.; Valnir Chagas e Padre José Vasconcelos.

³ DREIFUSS, René Armand. *A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981. Consta do livro de DREIFUSS uma carta de Sônia Seganfredo, ex-aluna da FNFi, enviada ao IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos

Sociais), órgão que colaborou intelectualmente com o golpe militar. Nesta carta, Sônia acusa o Professor Vieira Pinto de ser comunista e liderar um grupo de enorme influência na FNFi.

⁴ Em 1965, a Universidade do Brasil passa a se denominar Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁵ Foram afastados do curso de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais os professores: Dom Irineu Penna, Gerardo Dantas Barreto, Marion Pena, Tarcísio Leal, entre outros.

⁶ Eis alguns professores afastados do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: José Américo da Motta Pessanha, Alberto C. de Souza, Sérgio Fernandes, Miriam Cardoso Limoeiro, Evaristo Moraes Filho, Manuel Maurício e Eulália Maria L. Lobo.

Referências

BRASIL. Parecer n. 277, de 20 de outubro de 1962. Fixa o Currículo Mínimo e duração do curso de Filosofia. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, 1962, 15 p.

D. Irineu Penna confirma suas denúncias. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 set.1968. Caderno 1, p. 3.

Dom Irineu acusa UFRJ: concessão à anarquia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 set.1968. Caderno 1, p. 11.

DREIFUSS, René Armand. *A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FLAM, Leopold. *La philosophie au tournant de notre temps*. Bruxelles: Presses Universitaire, 1980.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 1.

MAUGUE, Jean. O ensino de Filosofia: suas diretrizes. *Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo, out/dez, 1955.

PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960, v. 1.
I Maurício e Eulália Maria L. Lobo.

Recebido em 29 de abril de 2008.

Aprovado para publicação em 26 de maio de 2008.

